Banco só capitaliza juro em último caso

EDUARDO BRITO Editor de Economia

Os bancos credores poderão admitir uma capitalização dos juros a serem pagos pelo Brasil, mas apenas em circunstâncias extremas, como a absoluta carência de divisas para cobrir os pagamentos a serem feitos. A afirmação é de Frank Morris, presidente do Federal Reserve Bank of Boston — uma ramificação do Banco Central norte-americano — que está no Brasil para uma série de debates em universidades e instituições econômicas.

Morris vê nos bancos dos Estados Unidos “muita relutância” diante de qualquer proposta próxima à da capitalização dos juros. Assim, essa fórmula só poderia ser adotada em uma situação de grave crise — condição que, de acordo com ele, dificilmente poderia se verificar a curto prazo. Um exemplo dessa situação seria a impossibilidade do país devedor, no caso o Brasil, de gerar divisas em quantidade suficiente para pagar os juros a vencer.

Pelas informações de que dispõe, o presidente do Federal Reserve não acredita que a balança comercial brasileira venha a apresentar comportamento insatisfatório. A economia mundial tem crescido e, mesmo que os Estados Unidos se vejam forçados a reduzir suas importações para conter o déficit recorde que se acumula, os países europeus deverão contrabalançar as perdas que o

Brasil poderia sentir em suas exportações, argumenta ele.

Dentro desse quadro, ele acha impossível para os devedores conseguirem uma fórmula de capitalização vinculada às suas exportações. E o caso de uma proposta em exame entre os integrantes do chamado **Grupo de Cartagena**, que estudam a viabilidade de se capitalizar o pagamento de todos os juros que, somados, excederem 25 por cento do valor das exportações de um determinado devedor.

“Não pode haver qualquer padrão fixo para definir a capitalização”, explica Morris. Uma fórmula como essa, em sua opinião, traria o problema extra de desestimular o esforço exportador do Brasil — e, de quebra, provavelmente dos demais devedores. Fica um consolo: para o presidente do Federal Reserve, a adoção de fórmulas como a capitalização, mesmo vistas com acrimônia pelos bancos, dispensaria mudanças na legislação norte-americana.

NOVO GOVERNO

Frank Morris, que ocupa o cargo desde 1968, acha altamente promissoras as primeiras medidas tomadas pelo governo na área econômica. “No passado”, explica ele, “o Brasil satisfiz várias das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional, mas falhou ao buscar duas delas, a redução da oferta monetária e a contenção das despesas públicas, justamente

os dois campos em que o atual governo está agindo com mais dureza”.

Exatamente por isso, ele não acredita que possam surgir novos problemas para o FMI e o governo brasileiro chegarem a um acordo — acordo que, adverte, é absolutamente indispensável para que os bancos firmem um novo acordo com o País. Apesar disso, Morris não dispõe de dados que lhe permitam prever em quanto tempo será possível chegar-se a essas definições.

Afinal, os bancos ainda não têm uma noção muito precisa das novas propostas que, em tese, poderão ser feitas pela Nova República. Morris conta, de qualquer forma, com uma certeza: será muito difícil ao Brasil obter condições mais favoráveis que as aceitas pelo México. “Os contratos feitos com o México”, assegura, “servem já como padrão”.

A crise da dívida externa latino-americana, consola o presidente do Federal Reserve, deixou de constituir uma grande preocupação para os norte-americanos, o que retira um componente emocional do processo de renegociação. “Hoje, conta ele, a dívida dos latino-americanos ocupa menos espaços nos jornais dos Estados Unidos que os débitos dos fazendeiros ou empréstimos desastrosos feitos aos produtores de petróleo do Texas”.